

PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 52 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

A FORÇA DA UNIDADE



Manifestações populares no Porto, durante a campanha eleitoral do candidato oposicionista à Presidência da República, em 1958

A evolução da situação política portuguesa nos últimos anos, as lutas da Oposição, nos seus avanços e recuos comportam lições que nunca será demais repetir.

O enfraquecimento da ditadura Salazarista e a sua incapacidade para resolver os mais instantes problemas da Nação Portuguesa, as contradições internas que a minam, não chegarão nunca a quebrar o aparelho do Estado Fascista, fortemente centralizado e apoiado na policia politica e no exército corrompido.

As lutas do Povo Português nos seus variados aspectos por eleições livres, pelas liberdades politicas, por melhores condições de vida, contra a censura e a repressão, contra a guerra colonial, etc., tem sido e continuam sendo os fatores determinantes do enfraquecimento da Ditadura e da criação das condições indispensáveis á insurreição nacional que poderá libertar o país e abrir o caminho para a sua democratização.

Contra a prepotência da ditadura salazarista só a unidade de ação e a organização das forças democráticas poderão opor-se. Essa necessidade e essa organização exigem da parte dos dirigentes politicos a compreensão perfeita dos objetivos, por forma a excluir todas aquelas questões que, pese a sua importancia, jamais poderão ser resolvidas antes da queda da ditadura salazariana.

Para que lutamos? Contra quem lutamos?

Sem duvida, qualquer oposicionista a quem se colocassem estas perguntas saberia responder-lhes

Há 20 anos atraz as respostas seriam muito variadas e contraditórias, 10 anos passados ter-se-iam quase confundido, hoje a concordancia será praticamente total.

Lutamos contra a ditadura fascista de Salazar e para que as liberdades politicas sejam uma realidade num Portugal económicamente progressivo e independente.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Unidade

Organização

Insurreição

ATROCIDADES EM ANGOLA

O Caso contra Portugal

O jornal britânico, "Manchester Guardian", que é o porta-voz oficial do pensamento liberal, na Grã-Bretanha, publicou, em sua edição de 18 de julho último, uma carta que lhe foi endereçada pelo sr. Clifford J. Parsons, vice-secretário da "Baptist Missionary Society", 93-37, Gloucester Place, London W. 1 — entidade religiosa cujos missionários têm levado a efeito obra muito meritória, junto das populações Angolanas, no campo da assistência social (campanhas de alfabetização, de sanidade, etc.) e religiosa, desde há muitos anos.

Essa carta, assás extensa, foi enviada àquele jornal, como resposta a um comunicado que ele publicara, dias antes, enviado pela Embaixada de Portugal em Londres.

Eis o texto, integral, dessa resposta:

Senhor

O comunicado, que publicaram, enviado pela embaixada portuguesa revela um aborrecimento compreensível pelo fato de assuntos mantidos em sigilo há tanto tempo sejam agora trazidos à luz do dia.

No que se refere aos antecedentes da revolta, esse comunicado observa um silêncio discreto. Em verdade seria difícil tentar ocultar a quantidade de provas referentes ao trabalho compulsório, crueldade física e opressão que chocaram o Capitão Galvão levando-o a escrever seu relatório em 1947. O que ele disse foi confirmado pelo relato feito por Basil Davidson em "The African Awakening" (1954); sublinhado por Duffy em "Portuguese Africa" (1959); testemunhado pelas autoridades católicas em Angola e que está agora sendo revelado neste país pelos nossos próprios missionários.

No que se refere às atividades dos grupos de civis (vigilantes) e do exército desde meados de março, existe agora farta documentação em poder da Comissão da ONU. O anonimato que esse comunicado da embaixada deplora deve na verdade irritar aqueles que têm métodos próprios para obrigarem as pessoas a falar. Nós vimos as mãos e as costas de homens que foram espancados e chiboteados impiedosamente e repetidas vezes para obrigá-los a fazerem uma "confissão" ou para os silenciarem. Esta é uma verdade solene e não são acusações que possam ser atribuídas a histerismo ou a inatividade.

Hoje mesmo há grande número de reféns em poder das autoridades, reféns cuja vida depende de um capricho ou do temperamento de funcionários locais, homens que não serão submetidos a qualquer julgamento em tribunal, contra quem não há qualquer acusação formal, e em resumo, cuja morte será atribuída aos "terroristas". Se estes fatos não são verdadeiros — porque então uma censura rigorosa, a proibição de observadores estrangeiros, a hostilidade à Comissão da ONU e a escolta da missão enviada pelo nosso próprio Governo?

O comunicado da embaixada nega enfaticamente que haja qualquer política de extermínio deliberado: no entanto isso era anunciado abertamente em Luanda em abril conforme relato do Sr. Richard Beeston. A 18 de junho o novo Governador-Geral anunciava que "a única alternativa que propomos às hordas de terroristas é a rendição incondicional ou o aniquilamento". E os fatos antes e depois dessa declaração parecem comprová-la. As "hordas de terroristas" incluem grande número de africanos inocentes, homens, mulheres e crianças e ainda que algumas unidades militares se tenham comportado à altura, o exército em seu conjunto não pode ser isento da acusação de comportamento indiscriminado. Bem sabemos que muitos africanos, membros do clero em particular, não tinham qualquer desejo de alcançar sua independência pela ação direta. Eram pacifistas. E isso foi especialmente verdadeiro em relação às populações da região de Quiboco. Até a prisão e assassinio não pode ser atribuída aos rebeldes mas sim ao exército e a civis armados e foi deste terrorismo que os refugiados fugiram para o Congo.

Nunca negamos o horror dos primeiros assassinios de que fo-

ram vítimas os civis portugueses, nem o desculpamos. Mas isso é compreensível em vista do tratamento brutal que tem sido sofrido pelos africanos ao longo dos anos incluindo o estupro de donzelas africanas por funcionários europeus. Muitos de nós nos lembramos em particular de um chefe de posto na fronteira de Luvo em 1948 que era notório por isso. O trecho que foi publicado do telegrama enviado pelo nosso Consul Geral (da Grã-Bretanha) declara que "a maioria dos crimes cometidos pelos portugueses foram obra de civis armados". É legítimo perguntar: "Quem os armou?". A resposta é: "o Governo, que por isso mesmo, se tornou cúmplice". Aliás foram oferecidas armas aos nossos missionários, mas eles se recusaram a recebê-las. As autoridades (e o telegrama confirma o que dizemos) reconheceram que não desejavam arriscar-se a uma luta com a população civil armada. Por outras palavras, elas estavam mais preocupadas em salvaguardar a solidariedade entre os brancos do que evitar o assassinio indiscriminado de africanos.

Nós, das Missões Batistas (Baptist Missionary Society) não entramos nesta controvérsia com qualquer sentimento de orgulho ou preconceito. Durante anos temos mantido quietos, na expectativa de reforma maior justiça. O que é que poderemos ganhar agora, se não a tranquilidade de nossa consciência ante uma situação que sempre difícil agora acabou tornando-se intolerável? É triste comentar a título de alguns dos que nos criticam os quais quando nós nos queixamos dizem: "provenham de pormenores" e quando apontamos esses pormenores nos dizem "é um acontecimento local e por consequência não serve de prova de uma situação generalizada".

No entanto daremos alguns exemplos quer da discriminação quer da correção por parte de funcionários civis e militares portugueses:

a) rebeldes africanos fizeram cair numa armadilha uma patrulha militar, matando alguns soldados. Em represália, o Exército prendeu alguns chefes de aldeias vizinhas, matou-os e depois espetou suas cabeças em postes. Este fato que chegou a nosso conhecimento por um missionário foi confirmado num recente telegrama enviado de Luanda pelo Sr. Beeston (Daily Telegraph, 5 de julho) acompanhado, ironicamente, por uma "justificativa" desse bárbaro comportamento.

b) duas aldeias, distantes cerca de uma milha da nossa Missão de Quiboco e de menos de meia milha de um centro fortificado do Governo, foram atacadas com bombas e metralhadoras. Não havia ali quaisquer homens nessa ocasião, apenas duas mulheres e três crianças numa palhoça. Uma das mulheres foi queimada viva. A outra e as crianças foram trazidas para o nosso hospital. Uma das crianças com um dos joelhos esmagado, morreu em consequência dos ferimentos.

c) Seis homens de uma aldeia foram mortos a tiro por se terem recusado a indicar o paradeiro dos rebeldes. Tinham ficado na aldeia, consoante as autoridades haviam mandado e protestaram que não tinham qualquer conhecimento sobre o paradeiro dos rebeldes. Os documentos de identificação desses seis homens estavam em ordem. Mas nada pode salvar-lhes a vida.

d) Na região de Bembe, jipes cheios de soldados foram de al-

deia em aldeia, incendiando-as e cometendo pilhagens. Várias pessoas foram mortas a tiro. Um velho foi baleado nos pulsos porque não podia levantar as mãos acima da cabeça.

Estes são alguns dos casos que chegaram ao nosso conhecimento. Mas o que dizer de centenas de casos semelhantes que não podem ser confirmados no momento presente? A documentação a respeito poderá ser tão difícil de conseguir quanto aquela que foi apresentada no processo de Eichmann. Mas algum dia as provas surgirão: quando o mar e os rios trouxerem de volta às praias os cadáveres nele lançados e quando as testemunhas desses crimes deixarem de ter medo de falar. É bom lembrar que nós não somos as únicas testemunhas. Os Metodistas norte-americanos divulgaram a morte de dezessete pastores, a prisão de mais trinta, o desaparecimento de mais noventa e além disso que somente sobreviveram 28 dos leigos que trabalhavam nas suas missões no distrito de Luanda.

Finalmente, o testemunho dos refugiados confirma o caráter indiscriminado das operações militares dos portugueses para restaurar aquilo a que eles chamam a ordem. Isso inclui o bombardeamento e o incêndio de aldeias, a prisão de reféns, a execução sem julgamento dos suspeitos, o uso da tortura para arrancar confissões — em resumo, todo o aparelho tradicional de um Estado policial para esmagar e submeter a oposição. Não há qualquer sinal, em declarações feitas pelo governo de Salazar de que ele reconhece qualquer injustiça ou opressão no sistema que ele impõe pela força. Os africanos não têm (como também não tem a oposição europeia) quaisquer meios constitucionais para o atendimento das suas queixas. Em desespero, recorreram à violência. Responder às atrocidades com atrocidades é aviltar o próprio conceito de civilização e bem poderá destruir todas as esperanças de reconciliação entre as duas raças.

A 5 de julho o Rev. H. J. Casebow da nossa Missão no Congo viu grande número de refugiados que vinham fugindo de Angola. Ele viu as condições em que chegavam e ouviu o que contavam.

"Um dos homens, disse ele, estava em condições lastimosas a pele das pernas e dos braços fora destruída e tinha numerosas queimaduras no rosto. Isso fora causado pelo lançamento de bombas de petróleo contra a sua aldeia incendiando as palhoças e queimando os habitantes. Em Luvaka eu falei com os velhos dos grupos de refugiados e perguntei-lhes onde estavam os jovens. A resposta foi sempre a mesma, os portugueses tinham matado todos. Ouvimos contar que alguns lugares eles tinham sido reunidos em grupo e depois abatidos a tiro de metralhadoras."

E o que aconteceu com os missionários? O comunicado da Embaixada insinua que eles são ingratos ao levantarem acusações contra os seus protetores. Sem dúvida que somos gratos por muito carinho pessoal que conosco têm tido alguns portugueses, muitos dos quais deploram tanto quanto nós o sistema que os obrigou a obedecer pela brutalidade e pela rispidez de tratamento. Nunca nos sentimos estar em perigo pela atitude dos africanos. Mas a "proteção" que agora nos é oferecida tem significado geralmente o afastamento pela força de pessoas dos lugares onde elas sentem que têm o dever de ficar. O Rev. A. A. Patterson e sua mulher foram expulsos de sua missão perto de Carmona e o Rev. W. Bidwell e o Rev. R. Malcon foram ameaçados por civis armados de metralhadoras ligeiras em Ambrizette, e em Luanda a polícia não "conseguiu" proteger a Missão Metodista Americana de uma multidão de europeus enraivecidos. É fantástico, mas é verdade.

Isto não é histerismo, por mais que proteste o regime de Salazar, por mais que ele tente ocultar a verdade dos olhos do mundo. Estamos perante uma continuação dos anos de cruéis e impiedosa opressão de povos sem qualquer esperança.

Até que a opinião liberal, em Portugal, possa ser ouvida de novo, e até que um país que nós ainda amamos possa ser livre, essa mancha não desaparecerá.

A verdade Salazarista Em pequenas Noticias

A A. N. I. E' QUEM DIZ...

As autoridades militares lamentam, inconfidências feitas sobre as operações militares, especialmente na região de Carmona. Sabe-se, na verdade, que essas inconfidências, feitas sem qualquer propósito de auxiliar os angolanos, prejudicaram gravemente as operações nos matagais em redor de Carmona, impedindo a eliminação de concentrações importantes de bandoleiros cuja existência se conhecia, mas que fugiram antes das forças armadas aparecerem nos locais onde se encontravam.

Na região de Carmona assinalaram-se ontem assaltos a cinco fazendas, onde os rebeldes roubaram tudo o que puderam transportar, saqueando e incendiando o restante, mas não causaram vítimas. Daquela cidade saiu ontem de madrugada uma forte coluna militar cuja ação está rodeada do maior segredo, sabendo-se apenas que vai proceder a uma batida aos nacionalistas aigures na região.

Entretanto, na região de Massarelo, uma patrulha de reconhecimento foi atacada a tiro à entrada dum fazenda, mas não sofreu baixas e repeliu os atacantes que acabaram por debandar. Na região, ainda infestada por numerosos rebeldes que se acotam na Serra de Massarelo, trabalham na colheita do café mais de quinhentos homens que até agora não foram alvo de qualquer ataque importante.

Por último, as notícias chegadas Luanda acerca da atividade dos patriotas angolanos dão conta de que na região da Pedra Verde — zona montanhosa que se crê ser atualmente, depois da queda de Nambuangongo e de Quipedro, a mais importante base de apoio dos rebeldes — foram atacados a dezessete e sete quilômetros de Ucuva e portanto a menos de duzentos da capital.

Contribuição para as "Vítimas do Terrorismo" em Angola:

Na CUF do Barreiro a gerência pressionou os operários com o objetivo de os obrigar a trabalhar no feriado, dia 1 de junho, para oferecer o salário desse dia às "vítimas do terrorismo". Com essa iniciativa tivesse sido mal recebida pelos operários, resolveram adiar o dia, continuando a pressioná-los com essa finalidade. Na empresa "Silva & Silva" (Seixal) obrigaram muitos operários a fazer 1 hora durante 4 dias para darem essas horas. No "Grémio" em Almada pretenderam descontar meio dia de trabalho por semana. O apelo feito na CP para a recolha de fundos no setor do Alentejo Litoral não teve aceitação. Em Ermidas apenas alguns operários da firma "Gonçalves & Douradinho, Lda." deram dinheiro para os colonialistas. Ninguém das outras empresas deu coisa alguma. Na empresa das Claras em Torres Novas não obstante as ameaças, os operários recusaram unanimemente contribuir.

SOBRE A GUERRA COLONIAL

Aumenta dia a dia o número de militares que se recusam a partir para as colônias.

A mesma relutância em embarcar se vem verificando entre guardas de PSP. Em Évora um grupo de soldados manifestou-se nas ruas contra a guerra colonial em Angola e contra Salazar.

O Hospital Militar de Estrêla encontra-se repleto de feridos vindos de Angola, sendo muitos paraquedistas. Os dirigentes do Hospital

procuram que não seja divulgado o que lá se passa.

No início das hostilidades os angolanos atacavam em magotes e expondo-se muito, pelo que eram facilmente dizimados. Agora atacam de surpresa e com rapidez. Muitos brancos, inclusive oficiais têm morrido, mas as suas mortes nunca são divulgadas.

O conhecido fascista comandante Sales Henriques, disse numa roda de amigos que estava indignado com a falta de competência dos comandos militares, citando o fato de terem sido lançados 27 paraquedistas num objetivo militar em Angola, tendo sido todos mortos.

Vigilância nos aviões em África

Depois do Caso Santa Maria, nos aviões das carreiras de África andam sempre dois paraquedistas e paisanos, com documentação civil e armados para qualquer eventualidade.

Até os legionários:

No Aeroclube de Costa Verde, em Espinho, realizou-se em maio, uma Assembleia ordinária, na qual o presidente da Direção propôs um telegrama de "desagravo" pelos acontecimentos em Angola. Alguns associados concordaram, outros discordaram e houve quem pusesse em dúvida as informações dos jornais portugueses em face do noticiário dos jornais estrangeiros. Desta discussão resultou a rejeição do telegrama. O comandante da Legião Portuguesa estava presente como associado e, indignado, levantou-se exigindo uma ata da Sessão. Instado porém, para não abandonar a reunião, acabou por ceder, conformando-se.

Uma mãe a quem foram noticiados a morte dum filho, em Angola, chorando desesperadamente dizia: "Vamos todos a S. Bento matar aquele bandido que já não basta pôr o povo a passar fome como agora o mata". Isto passou-se em Alfama, Lisboa e na presença de alguns guardas da PSP que nada fizeram.

Na Av. António Augusto de Aguiar, em Lisboa, a CUF tem um escritório onde se atendem os interessados num anúncio para servir como guardas nas suas propriedades de Angola. As condições são as seguintes: 6.500 escudos por mês, água e luz; 15.000 de entrada e 100 escudos de seguro de vida. Dos 30 vigias da empresa, ofereceram-se dois.

Um jovem que foi convocado para seguir para Angola pediu asilo na embaixada do Brasil. Foi-lhe negado o asilo, dizendo não verem motivo para o atender. Apresentou-se então no quartel e o capitão que o atendeu pôs-se com arengas. O soldado deu uma tarefa no capitão e foi preso.

Com caráter coletivo tem havido resistências de soldados mobilizados para as colônias em Queluz, Tomar, etc.

Não mais serão feitos comunicados militares lusos em Angola

LUANDA, 22 (AFP e AP) — A agência noticiosa "Lusitânia" informou que a localidade angolana de Quicabo, situada 105 quilômetros ao norte de Luanda e o mais importante reduto terrorista depois de Nambuangongo, foi recuperada pelas forças portuguesas. Diz a agência que isso ocorreu quinta-feira última mas que o fato foi anunciado apenas agora por razões de segurança. A "Lusitânia" diz por outro lado, que pelos mesmos motivos, não serão mais emitidos comunicados sobre o estado das operações, classificando seu despacho sobre a tomada de Quicabo como o "último comunicado oficial sobre movimentos de tropas".

Entretanto, oito plantações foram atacadas e saqueadas pelos rebeldes, na região limítrofe com Carmona. Segundo a "Lusitânia" os terroristas estão deixando as plantações maiores e melhor vigiadas, para concentrar seus ataques sobre as menores. Foram anunciados novos ataques na zona de Noqui. Os nacionalistas continuam em suas táticas de ataques de surpresa, desaparecendo logo que chegam as forças salazaristas.

Informa-se ainda que forças militares portuguesas, que circulavam pela estrada que vai de Carmona a Songo e Negage, foram atacadas pelos terroristas, perdendo a vida um soldado.

**PORTUGAL
DEMOCRÁTICO**

**SALAZAR NÃO PERMITE A
ENTRADA DA COMISSÃO
DA ONU EM ANGOLA**

LISBOA, 22 (AP) — O governo português anunciou que o primeiro-ministro Oliveira Salazar recebeu o embaixador Carlos Salamanca de Figueroa, membro boliviano de uma comissão das Nações Unidas encarregada de estudar "in loco" a situação angolana.

Salamanca partiu ontem de Lisboa com destino a Madrid. O governo salazarista se negou a permitir que os membros da comissão entrem em sua colônia africana.

**MAIS TROPAS PARA
MOÇAMBIQUE**

LOURENÇO MARQUES, 22 (UPI) — Procedentes de Portugal, desembarcaram hoje nesta cidade 2 mil soldados, que foram recebidos e aclamados entusiasticamente pela população. Depois de saudados pelo governador-geral almirante Sarmento Rodrigues e outras autoridades militares locais, desfilaram pelas ruas da cidade, prestando homenagem aos mortos na guerra e a Mousinho de Albuquerque.

**Um
Herói
De
Salazar**

**CARTA DE UM
PARAQUEDISTA**

Este documento que nos chegou às mãos e que transcrevemos na íntegra, dispensa quaisquer comentários. A alfabetização, quase nula, deste "Herói do Salazarismo", é largamente compensada pelo "patriotismo" que revela, e pelo seu vigor na implantação, em terras dos "selvagens", da "Paz" e da "Civilização" do Anti-Portugal de Salazar.

Luanda, 26 de Abril de 1961
Senhor X

Muito estimo que esta carta o vá encontrar de saúde em companhia de toda a família que eu ao escrever fico bem, felizmente.

Amigo X, estou em Angola desde o dia 17 não sei porque não estou muito estranho nem sequer me lembro que estou na África só o que me chateia mais é o calor e a sede não podemos beber água em todo o lado não podemos sair muito para o interior porque os pretos com uma estanada separam a cabeça do corpo e tenho tempo de morrer.

Aqui em Y é uma beleza os pretos desabitaram as cubatas fugiram não sabemos para onde deixaram então muitas cabras, galinhas e porcos, todos os dias vamos à caça e então assim é que não há peneiras à noite elas recolhem às cubatas e então vêm às dez por cada dia só comemos carne mas eu prefiro bananas mas algumas ainda estão verdes.

Senhor X, com respeito à guerra já estou quase farto que tão pouco tempo e quem tem de aguentar talvez dois anos gosto de lutar como ontem 10 paraquedistas e 4 polícias matamos quase 400 vieram 8 presos mas coitados mal levantavam a cabeça caia-lhes a coroa na cabeça foi a 80 km. daqui só cá chegaram: dois vivos e nem se mechiavam já deitavam sangue por todos os lados assim não gosto e depois os polícias então é que descobrimos os outros quase todos os dias saímos e a nossa sorte é eles não terem armas atacam com pedras e catanas e espingardas de carregar pela boca demoram meio dia a dar um tiro Chamam-lhe trabuco. Com isto nada mais, de saudades à malta da oficina e diga ao W, que aqui um litro de vinho custa 52 escudos é quase só água, não se pode beber. Lá para a semana devemos regressar a Luanda e vêm para aqui outros. Adeus e felicidades até daqui a 2 anos talvez.

**A guerra
Colonial
Esvazia os
Cofres de
Salazar**

O ex-Subsecretário do Exército enviou ao "Diário Popular" a seguinte carta:

"Sr. Diretor: Na local intitulada "Cumpra quem manda", inserta na primeira pagina do "Diário Popular" de 14 p.p., fazem-se afirmações de tal forma graves que, a serem verdadeiras, deveriam levar imediatamente a tribunal os seus responsáveis diretos.

Com efeito, afirma-se que a demora em ocorrer à defesa de Angola estava a transformar em calvario o problema angolano, sobretudo no impasse da insuficiência das medidas militares.

Ora a verdade, senhor Diretor, é que o problema angolano, como aliás o de todas as províncias africanas, não é um problema simples mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes que está longe de ser a mais importante.

Relativamente ao problema militar e na parte que se refere ao Exército do qual fui até ao dia 13 um dos responsáveis pela sua direção, posso afirmar, sem recelo de desmentido, que não houve impasse e pelo contrário, ousou mesmo dizer que nunca em época alguma da nossa História se mudou com tanta rapidez e de uma forma tão eficiente a direção do nosso esforço militar, desviando-o da Europa para o Ultramar.

A implantação duma estrutura militar fortemente condicionada a estritas limitações financeiras, a insuficiência de quadros de pessoal especializado e de material de toda a natureza (sic) é geralmente morosa. Apesar destes condicionamentos, o esforço feito pelo Exército no Ultramar nos últimos dois anos, e o que está planeado para 1961, é digno do maior respeito e consideração da Nação.

Não poderia fazer esta afirmação se na base desse esforço não estivessem especialmente empenhados todos os oficiais sargentos praças e funcionários civis do Exército que, guiados apenas pelo mais vibrante e apaixonado patriotismo, puseram nessa missão toda a sua inteligência e energia.

A homenagem que se deve àqueles que honrosamente sacrificaram já a sua vida pela Patria e a justiça para com os vivos, impõem que se retifiquem as ideias expressas na local antes referida.

Como me parece senhor Diretor, que neste momento impar de nossa História devemos esclarecer a Nação, peço a V. Ex. se digne publicar esta carta com relevo semelhante ao da local.

ass.) FRANCISCO DA COSTA
GOMES Cor. do C.E.M.

O jornal comenta:

"O que se passou em Angola, e que está a ser remediado "rapidamente e em força" à vista de todos, é um fato gravíssimo.

Provam-no exuberantemente as palavras do Chefe do Governo ao explicar à Nação os motivos da concentração de poderes da Presidência do Conselho e da Defesa Nacional como a alteração de alguns postos noutros setores das forças armadas", efetuadas em operação-relâmpago, mesmo antes da ampla remodelação ministerial anunciada.

Mas não é a nós que compete destrinchar e fixar as responsabilidades do que se passou. E é cla-

ríssimo que também não queremos que sejam responsabilizados os que para isso não contribuíram.

Todavia ao publicarmos a carta do sr. coronel Francisco da Costa Gomes, devemos acentuar que não julgamos oportuno, neste momento, abrir em nossas colunas polémicas e controvérsias que só concorreriam para quebrar ou enfraquecer a unidade de comando e de ação absolutamente indispensáveis para pouparmos "sacrifícios e vidas" de nossos irmãos, para salvarmos Angola.

Para nós, esta hora não é de divisão! Por isso, o nosso jornal vem concitando à união todos os bons portugueses para a defesa da integridade da Patria.

Seja-nos, porém lícito esclarecer quanto às limitações financeiras, referidas pelo sr. coronel Costa Gomes que, mormente num país de débil estrutura económica elas não podem deixar de existir (sic).

Mas não é menos evidente que o orçamento geral do Estado vem progressivamente consignando nos últimos tempos, verbas muito amplas para fins militares. E sem subestimar o "esforço feito pelo Exército no Ultramar nos últimos dois anos" a verdade é que a situação de Angola tal qual a focávamos na nossa local "Cumpra quem manda" não deixou de surpreender a opinião pública e de alarmar profundamente a Nação.

Por outro lado não podemos deixar de acrescentar que, se concordamos com o antigo subsecretário de Estado do Exército em que o problema angolano "não é um problema simples mas um complexo de problemas" (e, por nossa parte não temos descurado esses problemas, tanto que ainda recentemente voltamos a versá-los no artigo "Sugestão Inadiável", cujo desassombro provocou numerosas manifestações de aplausos ao nosso jornal) permitimo-nos discordar do ilustre oficial quando afirma que, do complexo desses problemas, o "militar é uma das partes que está longe de ser a mais importante".

Nesta hora dizemo-lo firmemente, a parte mais importante, a essencial é a militar. E é para a enfrentarmos, para a solucionarmos com preferência a tudo o mais, que o Governo, as classes armadas, todos os cidadãos, todos os bons portugueses devem cerrar fileiras, expender todos os esforços, fazer todos os sacrifícios unir-se como um só homem, o que bem entendido, está também longe de excluir os outros aspectos do problema angolano.

**Comunicado
Do MPLA
Sobre a
Luta em
Angola**

Os srs. José Manuel Gonçalves, Francisco Souza Santos, Paulo Matoso Neto e Jacinto Pascoal Fortunato, da representação em São



"Quem vai à guerra dá e leva", é o ditado português, que este paraquedista ferido certamente conhece. É bom lembrar que o corpo de paraquedistas das hordas de Salazar, é todo composto por voluntários.

Paulo do Movimento Popular de Libertação de Angola, enviaram a esta folha o seguinte comunicado sobre a ação desenvolvida por aquela entidade, com sede em Conakry, na luta que se trava em Angola:

"Ao contrário do que se poderia depreender do noticiário enviado aos jornais pelas agências telegráficas sobre a patriótica guerra travada em Angola contra o colonialismo português, o Movimento Popular de Libertação de Angola vem tomando uma importante participação na luta em curso desde o dia 15 de março.

"Recentemente, após o indispensável trabalho de coordenação das atividades das nossas forças empenhadas em campanha, foi nomeado comandante das Milícias do MPLA o companheiro Tomás Ferreira. Notícias recebidas ontem pela representação do MPLA em São Paulo, sobre as operações levadas a efeito pela coluna chefiada pessoalmente pelo comandante das Milícias, informam que ela percorreu, em 30 dias, uma distancia de 700 quilómetros, acumulando no seu ativo numerosos combates, sabotagens, ataques etc."

"Durante as referidas operações, a coluna, cujo efetivo inicial era de 800 homens, infligiu 230 baixas ao Exército Colonial Português e efetuou uma dezena de prisioneiros (libertos posteriormente). As perdas da coluna cifram-se em 10 mortos e 90 feridos, durante o período indicado. Por outro lado, uma coluna portuguesa que se dirigia a Damba precisou de 18 dias para avançar 45 quilómetros, não atingindo, contudo, o seu objetivo. Como os soldados portugueses não marcham pelas estradas (temendo sabotagens), tem-nos sido fácil atraí-los para emboscadas".

"As Milícias, auxiliadas pelas populações civis, puderam cortar numerosas estradas, notadamente as de Quibaco-Caxito, Caxito-Ucua, Ucua-Pango-Aluquen, Pango-Aluquen-Quibaxe, Ucua-Quitexe e Quinzau-Ambrizete, além da estrada de ferro de Ucua. Os prejuízos materiais dos portugueses, como consequência das citadas ações, andam à volta de 80 milhões de escudos, quase 700 milhões de cruzeiros.

"A reação dos colonialistas tem sido a mais brutal: como não podem aniquilar as Milícias, atacam com bombas "napalm" as populações civis. Além disso, por varias vezes, as autoridades coloniais violaram a fronteira congoleza para aprisionar fugitivos. As prisões políticas estão repletas de prisioneiros de ambas as raças e sexos. Das ultimas prisões efetuadas, salientamos os nomes do advogado Diogenes Boavida, engenheiro Socrates Dascalos, farmaceutica Vitoria Pereira e operario Antonio Gamboa. Em face da obstinação dos colonialistas em intensificar o genocídio, as Milícias do MPLA vão reforçar a luta em todas as frentes, ignorando as ameaças do governo português, interessadas apenas na vitória!"

**Opiniões
Insuspeitas**

João Sarmento Pimentel

O jornal "O Estado de São Paulo" publicou, no dia 23 de agosto, uma notícia enviada pelo seu correspondente, que, diga-se de passagem é procurado, sem êxito, pela fina flor dos agentes da FIDE, dia e noite, há já mais de 3 anos. Essa notícia é:

**SALAZAR TEMERIA A
INSUBORDINAÇÃO DOS
CONTINGENTES MILITARES**

LISBOA, 22 — ("Estado") — Em consequência do levante na Guiné, que vem abrir uma segunda frente nas colônias africanas de Portugal, as autoridades lisboetas receiam que o clima de tensão reinante na maioria dos quartéis portugueses se acentue, degenerando num movimento generalizado de revolta do contingente, que poderia precipitar a queda do regime.

Nas ultimas semanas, os casos de insubordinação e de deserção em varias unidades militares vêm-se repetindo em ritmo crescente. Em "Caçadores 5" — unidade de elite, cuja oficialidade é tradicionalmente escolhida entre os elementos do Exército mais dedicados ao Estado Novo — uma companhia de 180 soldados mobilizados para partir para Moçambique rebelou-se contra os comandos, recusando-se a entrar em forma e fazendo um levante de rancho. As manifestações prosseguiram no dia seguinte e atingiram tais proporções, que o Ministério da Defesa receoso das consequências do incidente, prorrogou "sine die" o embarque da companhia, procedendo ao que parece, à sua desmobilização.

Por outro lado, em "Cavalaria 7", também de Lisboa, dois soldados expedicionários que tentaram aposar-se de armas, após uma discussão com um oficial que distribuía esmolas às famílias de militares mobilizados, foram mortos a tiros por um capitão, o que criou no quartel um explosivo clima de indignação. Em "Infantaria 3", de Beja, registrou-se também um levante de rancho, em sinal de protesto contra as ameaças do general Alves de Sousa, ao qual os soldados haviam manifestado seu descontentamento contra uma guerra que os atira para a África, deixando suas famílias na miséria. No Porto, em Queiz e em Tomar, houve igualmente incidentes, registrando-se numerosas deserções entre os soldados expedicionários.



Angola 1961: um registro de fatos

BASIL DAVIDSON
PARA
THE NEW STATESMAN
DE LONDRES

LONDRES, Agosto — Durante os últimos cinco meses, escreveu-se mais sobre Angola do que em todos os séculos que se passaram, desde que os primeiros navios portugueses chegaram ao estuário do Congo, há 479 anos. Contudo, é de duvidar-se que o quadro de rebelião e repressão seja claro, mesmo para um leitor diligente. As condições criadas por uma censura severa em Angola e em Portugal, pelas restrições de locomoção impostas àqueles que tentaram fazer investigações e também a simples falta de conhecimentos sobre um país longínquo explicam, em ampla medida, a confusão reinante. O objetivo deste artigo é esclarecer dúvidas e mostrar a atual situação militar e política em Angola.

Em primeiro lugar, alguns fatos históricos: a colônia de Angola (oficialmente, ela é "provincia ultra-

da por "mão-de-obra contratada", continuou até hoje. Fundamenta-se numa lei que obriga a "todo o homem adulto africano, fisicamente habilitado" (já exceção de um punhado de assimilados) a trabalhar para um empregador europeu, durante um período de seis meses, cada ano. Essa lei sempre deu margem a abusos e muitos "trabalhadores contratados" — recrutados — recrutados coletivamente, pela força, ou presos individualmente pelas autoridades — só conseguem regressar às suas aldeias depois de anos de trabalho, em que foram privados de grande parte de suas liberdades pessoais.

Esta situação foi claramente definida pelo capitão Henrique Galvão, num relatório que ele, na qualidade de inspetor das colônias, em viú ao governo Salazar, em 1947.

"De certa maneira, a situação (em Angola) é pior do que a de escravos, no simples sentido da palavra. Num regime de escravidão, afinal das contas, o nativo é comprado como se fosse um animal, seu proprietário prefere conservá-lo fisicamente tão apto quanto os cavalos e os bois. Mas, aqui, o nativo não é comprado — é contratado pelo Estado, apesar de ser chamado um homem livre. E o seu

ram. Em 1957 começaram a ser constituídos, clandestinamente, partidos políticos — em particular o Movimento Popular de Libertação de Angola e a União das Populações de Angola.

Tanto em Angola, como em Portugal, a ditadura tratou de redobrar suas medidas de repressão. Em 1960, as autoridades de Angola julgaram mais ou menos 45 africanos e sete portugueses por "atividades perigosas para o Estado". Realizando suas sessões em segredo, a corte pronunciou sentenças severas. Seguiram-se outras prisões. Entre 52 africanos presos em junho estavam o padre Joaquim Pinto de Andrade, africano e chanceler do arcebispado católico de Luanda, e também o dr. Agostinho Neto, poeta africano, médico e um dos líderes do novo movimento de resistência política.

A primeira chacina

A prisão de Agostinho teve profundas repercussões. Ele gozava de grande reputação entre os africanos de Angola e, em particular, entre os membros de sua tribo Kimbundu, como o homem que apontava corajosa e claramente o caminho para um novo futuro. Depois de seu encarceramento, rumores a respeito de uma marcha de protesto e de uma chacina realizada por soldados portugueses começaram a chegar à Europa, apesar de toda a censura imposta pelas autoridades portuguesas; sua procedência foi confirmada, quatro meses depois, por um relatório chegado a Londres, da autoria de uma pessoa cuja identidade não desejamos revelar. Por falta de espaço não podemos transcrevê-lo aqui na íntegra: ele dizia que, a 8 de junho, aldeões da região natal de Agostinho, situada a leste de Luanda, foram a Catete para pedir sua libertação; eles foram repelidos por soldados portugueses que mataram trinta deles, a tiros, e feriram outros. "No dia seguinte, esses soldados foram a Icolo e Benga" — as aldeias de onde haviam vindo esses homens — "onde mataram ou prenderam todos que ali encontraram".

Enquanto isso, desenrolaram-se acontecimentos decisivos ao norte de Angola. A 1.º de julho o Congo Belga transformou-se na República do Congo. Esta mudança teve, imediatamente, efeitos de profunda importância para Angola. Os membros da tribo Bakongo, no norte do território, já sabiam que seus irmãos no Congo Francês se tinham tornado livres, e souberam então que o mesmo ocorreria com seus irmãos no Congo Belga. Assim, começaram a reunir-se em grupos nas densas florestas de sua região.

Durante 1960, a tensão foi aumentando constantemente até chegar ao ponto de explosão. O relatório redigido em janeiro por um pastor africano em Luanda (sentimos que também ele tenha de permanecer no anonimato) de fine bem a atmosfera prevalecente no fim do ano. Aproveitando a viagem de um amigo que se dirigia à Nigéria, ele escreveu a outro amigo residente em Londres:

"Foi instituído, para todos os africanos, o toque-de-recolher às 22 horas. Mas mesmo quando um africano é encontrado na rua antes dessa hora, após o por-do-sol, por patrulhas da polícia, ele é molestado e, às vezes, preso... Os colonos ameaçam os africanos, afirmando que é iminente uma guerra entre os brancos e os africanos e que todos os negros desleais a Portugal, que se recusem a cooperar com os europeus, serão exterminados. Aviões efetuam vôos rasantes para pôr em pânico os africanos... Em Luanda, nas paredes das casas, aparecem em numero cada vez maior "slogans" alusivos a uma Angola Livre..."

A esses sinais de crescente descontentamento, os portugueses reagiram como sempre o fizeram antes. Intensificaram as medidas de repressão e prepararam-se para chacinas. Mas as vítimas potenciais não tinham a menor intenção de se deixar conduzir para o matadouro como ovelhas. Em fevereiro de 1961, Angola entrou numa nova fase — a fase da revolução aberta.

O levante de Fevereiro

A primeira etapa do levante angolano de 1961 começou a 4 de fevereiro, quando homens desesperados resolveram responder à violência pela violência. Uma multidão de africanos atacou a prisão de São Paulo, em Luanda. Apanharam a polícia praticamente de surpresa e parecem ter perdido só sete homens durante este primeiro ataque. Voltaram a atacar a prisão em 5 de fevereiro, mas dessa vez suas baixas foram mais elevadas. Na noite daquele dia, a polícia e o Exército se haviam recobrado da surpresa: juntamente com os colonos armados, invadiram os baixos africanos em Luanda, espancando e fuzilando africanos indiscriminadamente.

Uma testemunha ocular, que partira de Luanda a 6 de fevereiro afirmou ter contado 49 cadáveres de africanos, centenas de feridos e ter assistido à prisão de outras centenas de africanos. A chacina continuou. Referindo-se a esses acontecimentos a 24 de fevereiro, a revista "Time" informou que um motorista de taxi de Luanda havia "afirmado a um jornalista que vira cinco caminhões carregados de cadáveres, que se dirigiam para o mato, onde eles seriam enterrados, numa só cova." "Time" acrescentava em seu artigo: "Enquanto tanques e carros blindados patrulhavam, à noite, as ruas e aviões e canhoneiras portuguesas vasculhavam o litoral, um médico fatigado disse: "Não aguentarei isto durante muito mais tempo. Todas as noites cuidamos de homens horrivelmente esfaqueados e feridos de outras maneiras".

Mas essa repressão, por mais brutal que fosse, só teve efeito local e temporário. A 15 de março os "bakongo" do norte empreenderam uma ação maciça. Os grupos que se haviam reunido nas florestas, lançaram uma campanha de terror e vingança. Invadiram casas e plantações de europeus. Mataram pelo menos 200 brancos, homens, mulheres e crianças, em muitos casos cometendo atrocidades. Tratava-se de uma revolta camponesa, de uma ação ditada pela ira e pelo medo desenfreados, a vingar os horrores da repressão, já familiares, com nova brutalidade. Todos devem deplorar esses excessos. Mas causarão eles surpresa a alguém?

As estimativas a respeito dos europeus mortos durante as primeiras semanas, variam amplamente. O correspondente do "Sunday Times" em Luanda escreveu, a 23 de abril, que "pelo menos 500 europeus foram mortos desde 15 de março". Segundo notícia publicada pelo "Daily Telegraph" a 24 de abril, o numero das vítimas foi de "mais de 500 europeus e mulatos". "Time", em sua edição de 28 de abril, dizia que foram mortos "350 portugueses brancos". Mas o Relatório Anual da "Angola Diamond Company", correspondente ao ano de 1961, diz que morreram, no referido período, mais ou menos 200 brancos.

O pânico tomou conta, então, tanto dos colonos, como das autoridades administrativas. Em Lisboa, o governo Salazar decidiu lançar uma nova guerra de extermínio, fazendo todos os preparativos militares, necessários para esse fim. "Consta", informou o "Daily Telegraph" num despacho de seu correspondente de Lisboa, datado de 17 de abril, um mês depois do início do levante dos "bakongo" que seriam enviados para Angola reforços no total de 25.000 homens... Ficou demonstrado, mais tarde, que essa informação fôra, em essência, correta.

Enquanto isso, os portugueses residentes em Angola, trataram de matar, com furia indiscriminada, homens, mulheres e crianças. A 3 de maio, mais ou menos sete semanas depois do levante do norte do território, um oficial do exército português disse a um correspondente especial do "Daily Mirror", em Luanda: "Acho que matamos 30.000 desses animais. Outros

100.000 devem estar colaborando com os terroristas. Tencionamos matá-los quando começar a estação seca, daqui a mais ou menos seis semanas". Exagero? Um correspondente do "Observer", num despacho de Luanda, datado de 22 de julho declarou: "O total dos africanos que desapareceram sem deixar vestígio, eleva-se agora, ao que tudo indica, a 50.000, ainda que os africanos aqui em Luanda afirmem que o total verdadeiro corresponde a duas vezes esse numero".

O correspondente do "Mirror" descreveu também o comportamento dos colonos brancos. Viu quando jogaram um africano do telhado de um edifício de seis andares. "Numa esquina próxima, outro africano estava sendo esquartejado por uma turba uma turba de brancos". A 19 de maio, "Time" informou: "Em Luanda, vigilantes civis realizaram batidas no subúrbio de São Paulo, em busca de supostos "depósitos de armas", e mataram indiscriminadamente, a tiros, 33 africanos. Um porta-voz do governo anunciou orgulhosamente a operação, mais tarde".

O frenesi dos colonos chegou a tal ponto que o governo se viu obrigado a pôr termo a essas expedições de fuzilamento. A 20 de maio mais de três meses depois dos acontecimentos de São Paulo, o correspondente do "Sunday Telegraph" em Luanda informou: "As ações de terrorismo e o linchamento de africanos terminaram. As autoridades puseram termo a essas ações, não cedendo à opinião pública, mas sim porque temiam perder o controle sobre a milícia branca. Seguiu-se uma série de selvagens medidas de "precaução", estendidas ao sul, onde antes reinava a paz.

Vem sendo preso numero cada vez maior de africanos. Só na região de Lobito (a 400 quilômetros ao sul de Luanda) efetuaram-se 1.500 prisões. A capacidade da prisão local é de apenas 100 homens e o misterioso desaparecimento dos africanos presos deu margem aos receios mais sinistros.

Os prisioneiros incluem professores "assimilados", e quase todos os demais africanos que saibam ler e escrever. Bastava que alguém possuísse um livro de gramática, um rádio, ou até uma bicicleta, para que fosse preso e desaparecesse. Em muitos casos, sacerdotes africanos foram transferidos para Portugal, sem que lhes fossem dadas quaisquer explicações — isso no propósito de retirar do território qualquer líder africano em potencial.

Esse tremendo esforço para exterminar todos os possíveis líderes com uma certa educação é testemunhado por diversas fontes. Em julho, os Metodistas norte-americanos operando em Angola haviam comunicado a morte de 17 pastores pelas mãos dos portugueses, enquanto outros 30 estavam presos e mais 90 desaparecidos. (Carta escrita em 18 de julho pelo rev. C. J. Parsons, da Sociedade Missionária Batista, ao "Guardian").

Podia-se fazer uma idéia das condições nas áreas de batalha do norte — interdita a observadores externos — através das dezenas de milhares de refugiados que então inundavam a fronteira do Congo. A revista "Time" de 19 de maio publicou relatórios revoltantes de testemunhas oculares. "Refugiados a pé, claudicantes e assustados, vêm atravessando a fronteira à razão de mais de 800 por dia, desde o início da revolta. Cada qual conta sua história da indiscriminada brutalidade dos portugueses". Missionários de regresso confirmavam que portugueses estavam destruindo sistematicamente diversas aldeias ao norte de Angola, muitas vezes por via aérea com bombas incendiárias, lança-chamas ou até com bombas altamente explosivas.

Todavia, em meados de junho, era evidente que a polícia e o exército achavam-se igualmente incapazes para dominar a revolta. Seu "barbarismo mais extremo" — frase usada pelos missionários batistas — não era bastante, pois o bombardeio e disparos sobre os inocentes deixavam incólumes seus oponentes reais. Além disso, como pode testemunhar qualquer pessoa que passou pelo inferno da Europa ocupada pelos nazistas, há um momento, em situações como esta, em que o espírito de resistência pode tornar-se mais forte do que qualquer terror. Esse momento surgiu, evidentemente, em determinadas e variadas regiões da Angola.

(Cont. no próximo numero)



Refugiados angolanos recebendo os primeiros socorros num posto avançado da Cruz Vermelha Congolêsa, perto da fronteira com Angola.

marina" de Portugal) corresponde, em extensão territorial, a quase toda a Europa Ocidental e é habitada por, aproximadamente, 200.000 colonos portugueses (em sua maioria agricultores) e por mais de 4,5 milhões de africanos. Seu nome é o de um reino africano descoberto pelos portugueses no século XV, e até meados do século XIX eles não controlavam senão uma estreita faixa litorânea do território, cuja efetiva "ocupação e pacificação" começou há menos de cem anos. Esse processo suscitou forte resistência e foi seguido por muitas rebeliões, das quais a presente é uma das mais amplas — mais ampla mesmo do que o famoso levante de Ovimbundu, de 1902, ou da revolta dos "baúongo", de 1913.

Depois de 1850, envidaram-se esforços para acabar com a escravidão nas fazendas localizadas no território. Esses esforços foram combatidos pelos plantadores portugueses, mas no fim do século XIX sobreveio, contudo, uma mudança. A escravidão permanente foi sendo transformada gradualmente em "servidão periódica". Esta forma mascarada de escravatura, conheci-

empregador pouco se importa se ele adoce ou morre enquanto trabalha, pois, se isto acontecer, pedirá outro para substituí-lo".

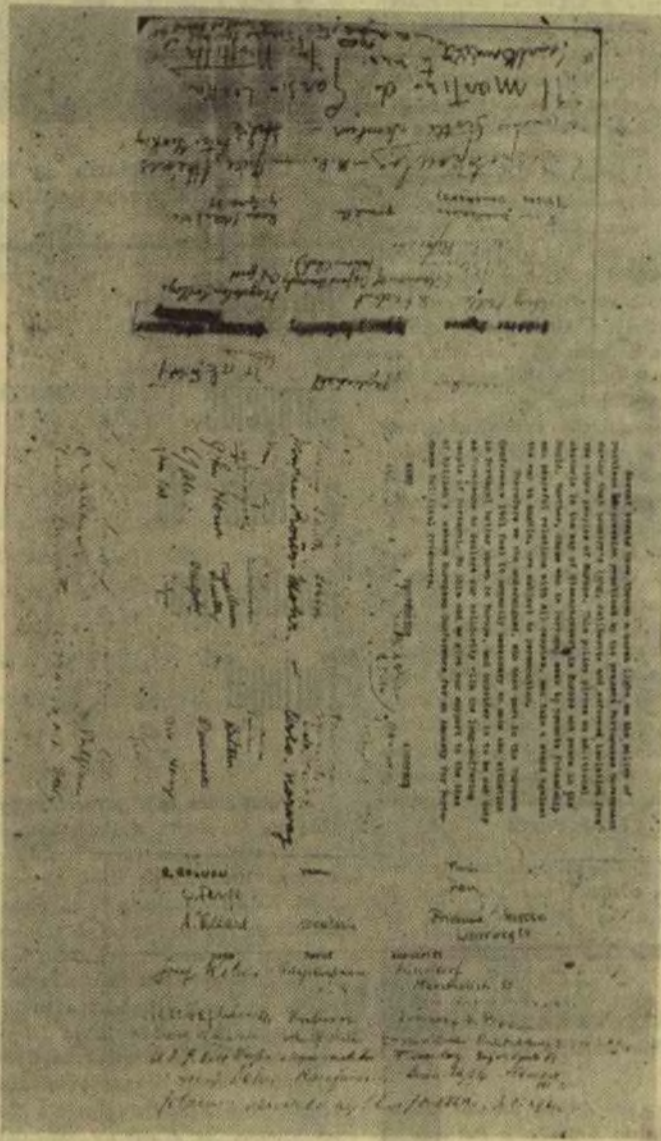
Além do mais, os africanos não desfrutavam de direitos civicos, nem podem exercer responsabilidades políticas. Só uma pequena minoria deles tem a oportunidade de insuair-se. Para os africanos não existe praticamente assistência médica. O tratamento que a ditadura de Salazar lhes dispensa é caracterizado pelo cinismo e pelo desdém.

Os primeiros movimentos de resistência política, fracos e bem "subterrâneos", ocorrem nos primeiros anos da década dos 1950, e foram, em ampla parte, frutos de acontecimentos políticos que se desenrolavam em países vizinhos. Pequenos grupos africanos — por vezes contando com a participação de portugueses anti-salazaristas — começaram a reunir-se em Luanda e em outras cidades para "discutir sua situação" e meios para mudá-la. Sempre quando a polícia descobriu tais reuniões, os participantes desapareceram em prisões ou em campos de detenção situados no extremo sul ou na Ilha de São Tomé. Mas as discussões continua-

Este Boletim, separata do numero de setembro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comité dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e deste jornal.

Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)



Fac-simile da "Declaração de Oslo", cujo texto publicamos no Boletim de agosto findo.



Cartas de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM N.º 4 — SETEMBRO DE 1961

CORTE E SOBREPONHA

Semana de Solidariedade Continental

REUNIÃO NA CIDADE DE BUENOS AIRES, DA COMISSÃO EXECUTIVA PERMANENTE LATINO-AMERICANA PRÓ ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS DA ESPANHA E PORTUGAL, DURANTE OS DIAS 27 E 28 DE MAIO DE 1961

Tendo presente a disposição da II Conferência Latino-Americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal no sentido de organizar uma Semana de Solidariedade;

A necessidade de que este contribua à mobilização das mais amplas camadas da população da América e de suas diferentes organizações culturais, educacionais, estudantis, sindicais, etc.;

A conveniência de que sua realização sirva para apoiar as gestões iniciadas, a fim de lograr que o problema da anistia geral para Espanha e Portugal seja debatido nas Nações Unidas;

A Comissão Executiva Permanente Latino-Americana pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal.

RESOLVE

- 1) Fixar os dias 11 a 16 de setembro de 1961 para a realização da Semana da Solidariedade.
- 2) Emitir um chamado aos povos e às organizações da América Latina, subscrito por suas mais distintas personalidades convocando-lhes à realização de dita Semana, em cada um dos seus países.
- 3) Encarregar à Mesa Executiva a organização das viagens que considerar convenientes, a fim de impulsar esta Semana.
- 4) Recomendar medidas básicas, que poderão ser ampliadas ou adaptadas às características de cada país, para o êxito da semana.

Em obediência ao disposto na alínea 2 das referidas resoluções, foi divulgada através da imprensa, radio e televisão das principais cidades do Brasil a seguinte

Convocação

A Comissão Executiva Latino-Americana Permanente pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal, reunida na cidade de Buenos Aires nos dias 27 e 28 do corrente mes. resolveu convocar a realização da *Semana pró-Anistia na Espanha e em Portugal*, de 11 a 17 de setembro do corrente ano, em cumprimento aos acordos da II Conferência realizada em Montevideu em janeiro último.

Americanos:

A vinte e dois anos do fim da guerra civil espanhola, continuam abertas as feridas que dilaceram o corpo nacional da Espanha. Milhares de seus filhos, das prisões em que se acham cativos faz 10, 15, 20 e mais anos, clamam por uma anistia que lhes devolva a liberdade e os reintegre em seus lares. há tantos ensombrecidos por sua ausência. Dezenas de milhares continuam no destêrro amputados de sua pátria e privados do trabalho e da convivência nacionais.

Os familiares dos presos e exilados políticos o povo, a Espanha inteira, sentem e manifestam imperiosa necessidade de que se cerre o trágico parêntese aberto pela contenda fratricida. E a intelectualidade espanhola fêz-se intérprete desse angustioso anelo, ao advogar a anistia geral que torne possível o reencontro dos espanhóis na liberdade e na paz civil.

Um drama e uma necessidade idênticos vive o povo de Portugal, há mais de trinta anos. Milhares de seus filhos sofrem a prisão e o destêrro. E em Portugal, como na Espanha, os mais esclarecidos representantes do pensamento reclamaram uma anistia reparadora dos danos ocasionados por uma prolongadíssima repressão política.

Um apelo dos presos políticos da Fortaleza de Caxias

Recebemos em fins de agosto, com o atraso que os leitores bem compreenderão e seguinte documento:

Caxias, Julho — Nestes dois ultimos meses, a ditadura intensificou as perseguições e o terror. O novo ministro do Interior anunciou que iria empregar a força com "uma inflexível firmeza"; e exaltou os crimes da PIDE (Polícia Política) e "o espirito combativo" da Legião (Milícia fascista armada). O novo comandante da Polícia de Segurança Pública declarou à imprensa que está na disposição de "reprimir com firmeza toda a acção que possa trazer prejuizo à ordem e à tranquillidade públicas. Por todo o país a Guarda Nacional Republicana reforça a sua acção repressiva e a sua vigilância política.

A este ambiente de terror — agravado pela guerra colonial desencadeada por Salazar em Angola e pelos apelos fascistas para que não haja consideração ("nada de contemplações!", escreveu o jornal "O Século") para todos aqueles que condenam esta guerra ou são simplesmente indiferentes à propaganda guerreira —, corresponde um agravamento das condições de vida dos presos políticos. Mees após mes o fascismo salazarista torna a situação destes homens e destas mulheres ainda mais difícil.

O espancamento dos presos tem lugar a todo o momento, os interrogatórios são intermináveis e sempre acompanhados de torturas — a mais corrente é a "estátua", com o preso vários dias e noites consecutivos de pé no mesmo sitio —, os "castigos" dos detidos com vários dias de "segredo" (células sem condições de vida) cada vez que eles defendem a sua dignidade de homens a proibição de visitas, de correspondência, de todo o contacto com o mundo exterior — tudo isto se sucede acompanhado de constantes provocações dos carcereiros e de buscas às células após terem despedido os presos uns diante dos outros.

Apesar deste isolamento do mundo um apelo angustioso acaba de sair da prisão-fortaleza de

Caxias. Uma nova bestialidade foi cometida sobre a pessoa de António Gervásio. A célula do Tribunal Especial onde ele era julgado e onde ele tinha acusado a PIDE de o ter torurado, foi encontrada salpicada de sangue porque os agentes da PIDE não esperaram que o transportassem à prisão para o espancar. A Gervásio passou em seguida 5 dias no "segredo" e quando do seu retorno à célula colectiva estava ainda desfigurado e cheio de equimoses no corpo. Isto provocou da parte de todos os presos de Caxias um levantamento de rancho como protesto e um apelo dirigido "AS FAMILIAS E AOS AMIGOS".

Nesse apelo diz-se: "Vós conheceis a nossa determinação de continuar de cabeça erguida, de prosseguir na luta, de defender tanto no interior como no exterior da prisão a nossa dignidade. Eis porque nós temos confiança que o apelo que vos lançamos será atendido e bem recebido por vós."

Os presos contam o caso de António Gervásio e afirmam que ele "é a repetição de outros casos precedentes, desta vez mais grave. Ele é também uma ameaça que pesa sobre todos nós para o futuro. Qual de entre nós será espancado proximoamente? E com que violência?" Eis a razão porque os presos de Caxias resolveram fazer um levantamento de rancho. "Mas por mais vigorosa que seja a nossa reacção, nós não podemos apenas com as nossas forças obrigar a PIDE a recuar." NÓS TEMOS NECESSIDADE DE VÓS! NÓS TEMOS NECESSIDADE DA VOSSA AJUDA CONSTANTE. DA VOSSA ACÇÃO CONSTANTE

"Nós temos necessidade que o amor que nos tendes — amor que sabemos grande e do qual não duvidamos — se transformem em acções concretas de protesto contra as violências de que somos vítimas. Temos necessidade que o vosso amor se transforme em vigilância constante, de maneira a impedir que outras violências caiam sobre nós!"

Os presos de Caxias terminam lançando um apelo para que "todos os dias cheguem à prisão e à Presidência da República telefonemas, cartas e postais de protesto" contra o espancamento brutal de A. Gervásio e reclamam "um inquérito à acção da FIDE na prisão de Caxias". E acrescentam:

"Levai esta carta aos jornais e divulga-a por todos os meios junto do nosso povo e dos povos de outros países."

Que este apelo seja atendido e que a acção se organize lá onde ele chegar.

A Guiné Em Rebelião

OS ACONTECIMENTOS
NA GUINÉ PORTUGUESA

CONAKRY, Guiné, agosto, (UPI) — Bandos de guerrilheiros nacionalistas iniciaram uma rebelião armada na Guiné Portuguesa, segundo informou ontem, nesta cidade, o Quartel-General do Exílio do movimento nacionalista da Guiné Portuguesa, chamado Partido Africano Pró-Independência da Guiné Portuguesa e das Ilhas do Cabo Verde. Em seu primeiro comunicado de guerra, afirma o movimento que, desde o principio deste mês, os rebeldes nacionalistas realizaram uma ampla tarefa de sabotagem no sul da Guiné e tiveram choques com tropas portuguesas e nativas.

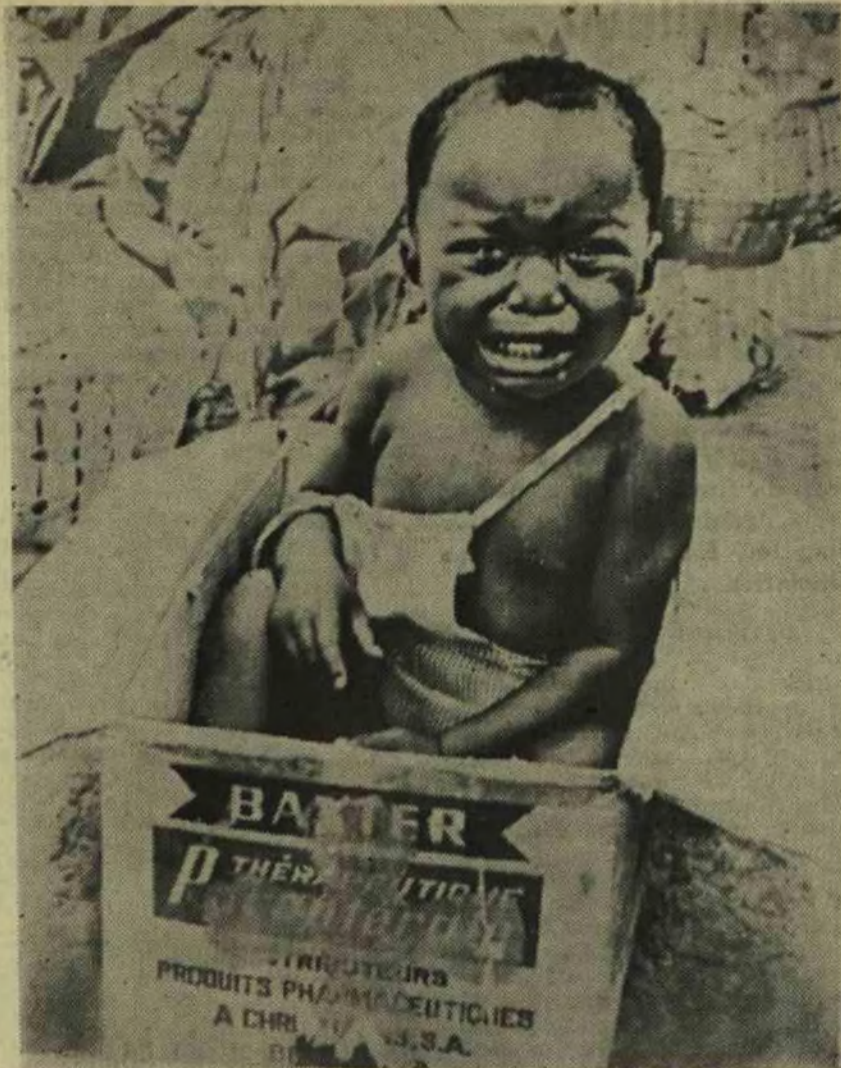
N.R. — Conforme noticiamos noutro local da presente edição, publicaremos no nosso proximo numero um documento com grandes pormenores sobre o programa político do P.A.I. e os métodos de luta que adotou para conseguir a libertação da Guiné.

O Problema De Goa

NOVA DELHI, 22 (AFP e UPI) — O primeiro-ministro Jawaharlal Nehru se referiu hoje, em declarações sobre politica exterior feitas no Senado, aos acontecimentos de Angola afirmando que "o governo português se comporta com uma barbaridade e uma selvageria inaceitáveis". Acrescentou que as autoridades portuguesas "cometem um genocidio de grande envergadura" e que estão dispostas a liquidar todos os dirigentes patriotas africanos.

Disse ainda Nehru que a ação portuguesa em Angola "é uma coisa horrível, que não honra as grandes potencias, que poderiam impedir tal crise", e apelou para a NATO, no sentido de que mostre sua desaprovacão à atitude de Lisboa ou, pelo menos, se negue a dar ajuda indireta a Portugal. O chefe do governo indiano acusou a Grã-Bretanha de ter apoiado indiretamente os atos do governo português, acrescentando que apenas a Noruega teve a coragem de dizer algo contra Portugal.

Referindo-se, por fim ao problema de Goa, disse Nehru considerar chegado o momento de se fazer uma gestão para a libertação desse territorio.



Este menino angolano, que o povo do vizinho Congo socorreu, chora a falta de seus pais. Eles ficaram em Angola, abatidos a tiro como animais.

Avacalhar E Portugalizar

MARIA ARCHER

Sinonimos atribuidos a De Gaulle por J.R. Tournoux, no livro "Segredos de Estado", Livraria Plon, Paris, 1960, pag. 223.

Traduzimos desse livro, da pag. 224, um trecho dum discurso de De Gaulle, de 4 de dezembro de 1954:

"Hoje, muitos franceses têm a impressão de que nos diminuímos enquanto outros se engrandecem, que sofremos problemas que nos ultrapassam, e que já não somos uma potencia dirigente. Sem duvida que nos encontramos envolvidos, com ou sem vontade, nos assuntos mais consideráveis do universo, mas esses franceses desencantados não acreditam que somos capazes de nos ocupar da sua regulamentação. Disso resulta, para eles, um septicismo que dia a dia se acidula, porque guardarem em si, mesmo quando o negam, a nostalgia do tempo em que erámos o capitão do mundo. Então muitos separam a alma da sua propria Patria para a entregarem a outra; outros refugiam-se na duvida, acreditando que o esforço, a grandeza, os empreendimentos, de nada valem, não servem, e nada mais vale a pena fazer."

Há nesta renúncia o maximo perigo para a França, tal como, para a alma, o demonio maximo é o desespero."

Da mesma pagina traduzimos uma transcriçao de A LEI, de Roger Vailland:

"Tempos antes, um verão, vindo de Londres, e antes de retornar a Napoles, demorara-se em Portugal. Preocupava-o o declinio desta nação que já tivera um Imperio em redor do mundo. Frequentava escritores sem publico e politicos que governavam para a Inglaterra, homens de negocios que liquidavam seus escritorios do Brasil para viver de pequenas rendas em cidades da provincia, sem fazer nada. Em Lisboa, e pela primeira vez, deparava com um povo que se desinteressava da vida vivida.

Mais tarde verificara que, por seu turno, os italianos, os franceses, os ingleses, tambem se desinteressavam de viver a sua época. Os interesses vitais da humanidade tinham emigrado para os Estados Unidos, a Russia, a China, a India. No seu pais toda a gente se desinteressava e ocultava o desinteresse no rumor dos automoveis e das lambretas. Porque italianos e franceses e ingleses começaram a POR-

TUGALIZAR-SE depois da segunda guerra mundial.

AO LEITOR: Ainda há quem se recorde de que o termo "portugalizar" significava, há anos, efervescência revolucionária, convulsão politica, paixão e anarquia, patriotismo exaltado, mas de nenhum modo avacalhamento, desinteresse ou renuncia. Esses são os trunfos de Salazar, os seus frutos opimos. Ele conquistou mais essa gloria no seu palmarés. Hoje, "portugalizar" é o general De Gaulle quem o diz, significa o desinteresse dum povo que se "avacalha". Por isso é que muitos separam a ALMA DE SUA PROPRIA PATRIA PARA A ENTREGAR A OUTRA. São portugueses que se não deixam "portugalizar"

Angola Agradece ao Brasil

O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola acaba de receber a seguinte mensagem do sr. Mario de Andrade, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA:

"Na luta dificil que nos foi imposta pelo colonialismo português, entre as forças que vêm ajudando decisivamente o movimento de emancipação nacional do povo angolano, quero dirigir uma saudação especial ao Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola.

E', pois, com jubilo que, como presidente do MPLA, cumpro o dever de saudar o MABLA. E, em nome do povo angolano, fazer testemunho do seu indefectivel reconhecimento.

Ao povo brasileiro, a que estamos indissolvemente ligados por laços historicos tão estreitos, endereço uma saudação amiga pela sua solidariedade ativa que contribuiu para o exito da "Semana de Angola".

Aos Leitores

A camareira Laura do "Santa Maria", que, por ocasião do apresamento desse navio, pediu asilo ao Brasil, escolhendo a liberdade ainda que ela lhe exigisse, como de fato aconteceu, o abandono de sua familia, foi acometida de grande doenca que a cegou. Não podemos deixar de ajudar essa patricia, sem quaisquer parentes no Brasil e que hoje depende de nós para viver. Qualquer oferecimento de auxilio pode ser encaminhado pelo telefone 7.6538, nesta Capital. — Obrigado.

Brigam as comadres

(Conclusão)

M. REIS

Alguns iludidos e esperançosos ainda ali continuam, na expectativa de ver realizações, mas em breve estarão completamente desinteressados, quando verificarem que o tal "Conselho" tem apenas o unico fim de projetar nomes e servir a Salazar.

Recentemente o tal "Conselho" realizou a sua Assembléa Geral para eleger a Diretoria, foram criados nada menos de que 16 cargos, com 4 vice-presidentes e 7 diretores sem especificação de cargo, além de 2 secretários e 2 tesoureiros. É evidente que foram criados tantos cargos quantos os individuos que era preciso projetar e candidatar-se às comendas, os mesmos mais ou menos que atuaram nas manifestações salazaristas, e foram muito bem peneirados, para não existir a introdução de qualquer português, ainda que competente, mas que não fosse crente no Deus Salazar. — A primeira actividade dessa Diretoria foi exactamente um ato politico salazarista: "a encadernação de todos os discursos de Salazar para "várias ofertas" e muita gente ingenuamente pensou que o primeiro ato desse tal "Conselho" fosse a impressão de uma cartilha sobre a História de Portugal para ser distribuída por toda a mocidade escolar brasileira, especialmente na parte que diz respeito à descoberta do Brasil e sua colonização, assim como à expansão de Portugal no Mundo. Cara e triste ilusão! — Os cavalheiros têm mesmo, por objetivo, criar no Brasil uma frente salazarista camuflada; para eles Portugal e o povo português, são absolutamente secundários. É interessante esclarecer, que o seu presidente Alberto Afonso Salgado, ingenuamente, para justificar, na opinião dele, que em Portugal existe liberdade, informa que, quando da sua viagem a terras lusitanas: "SÓ OUVIA FALAR MAL DE SALAZAR E DO ATUAL REGIME PORTUGUÊS", não tendo raciocínio, para pensar que isso era o desabafo do povo luso a um português do Brasil, povo que desabafava a opressão em que vive.

O tal "Conselho" não ficou por aí na distribuição de cargos, para contentar a todos elegeu mais 4 presidentes de honra, e uma comissão subalterna de contas composta dos jornalistas da imprensa salazarista, para assim ficar com uma retaguarda publicitária, porque as contas serão sempre aprovadas, mesmo sem serem conferidas. — Pode passar pela cabeça de alguém, que os jornalistas "papa almoços e jantares" vão conferir as contas dos comendadores?...

Quanto à Câmara Portuguesa de Comércio, foi sempre uma entidade amorfa, inexpressiva e nada fazendo, servindo apenas para ter um presidente que se possa exibir por aí e viajar para Portugal com ares de grande senhor, sem a noção exata das risadinhas dos seus próprios amigos, ridicularizando-o e trocando dele em todas as ocasiões. E isto é a "comunidade salazarista de São Paulo", sem valores, cheia de nulidades, que vivem apregoando as realizações dos portugueses de São Paulo, quando a Beneficência, que não é nada benéfica, foi realizada exclusivamente devido ao brasileiro José Ermirio de Moraes, e a Portuguesa dos Desportos, só se tornou uma realidade positiva quando os brasileiros tomaram conta da mesma, pois que a sua Diretoria é composta por 90% de brasileiros, sendo seu presidente o Sr. Luiz Portes Monteiro, que nem é descendente de portugueses e a quem se deve realmente a fase actual da Portuguesa.

Francamente: nunca observámos nada mais triste e idiota, do que se passa entre os comendadores salazaristas e os respectivos aspirantes a comendas, e daqui alvitrámos a esses senhores que se preoocupem mais realmente com Portugal e o tal "Conselho" que realize alguma coisa de bom, já que, o que precisamos no Brasil, são realizações e não conselhos, tendo

ULTIMA HORA

Morreu Antonio Luiz Gomes

PORTO, 29 de agosto (AP) — Anunciou-se ontem a morte do dr. Antonio Luiz Gomes, antigo lider republicano, aos 98 anos de idade. O extinto foi ministro do governo republicano e ocupou diversos cargos publicos importantes. Era o unico sobrevivente do governo republicano provisório formado em 1910, após o desaparecimento da monarquia em Portugal.

Foi um dos vultos mais eminentes da luta pelo derrubamento da monarquia.

Em 5 de outubro de 1910, uma vez implantada a Republica, fez parte do Governo Provisório como Ministro do Comércio. Integrou a missão especial de visita ao Brasil, sob a presidencia de Antonio José de Almeida.

Após a implantação da Ditadura, manteve-se sempre em Oposição a oregime de Salazar. Não obstante, dado o seu prestigio invulgar, foi durante muitos anos Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Porto. A ditadura pretendeu desmoralisá-lo, movendo-lhe um processo administrativo. O julgamento transformou-se numa denuncia dos processos torpes da ditadura, tendo António Luiz Gomes saído mais prestigiado.

Mesmo depois de ter ultrapassado os 90 anos de idade continuou apoiando a luta do Povo português, encabeçando manifestações contra o fascismo, ocupando a presidencia de atos publicos e enfrentando a policia politica de Salazar.

Era pai do eminente lider da Oposição Prof. Ruy Luiz Gomes, actualmente professor na Universidade del Sur, Argentina, e ex-candidato à Presidencia da Republica.

Leia e Assine:

SEARA NOVA

A mais antiga publicação cultural portuguesa, é um dos poucos instrumentos de luta por uma cultura desmistificada, que traduz no próprio território pátrio, e embora submetida aos vexames da Censura, os ideais de Democracia e Liberdade.

Pedidos de Assinaturas, ao Centro Republicano Português, Rua Conselheiro Furtado, 191, São Paulo.

V É R T I C E

Revista de Cultura e Arte, e de divulgação e critica das novidades literárias portuguesas, exposições de artes plásticas e movimento teatral.

Pedidos de Assinaturas a H. P. Santo — Rua Nestor Pestana, 30 — apto. 107, S. Paulo.

PORTUGUESE AND
COLONIAL BULLETIN

Mensário, em lingua inglesa, sobre o problema africano-português.

Pedidos de Assinaturas a 374, Gray's Inn Road, Londres, W. C. 1. Inglaterra.

em consideração a realidade ou seja: desde o Prefeito e Governador do Estado, ao Presidente da Republica, todos são anti-salazaristas, assim como toda a Imprensa brasileira, mas amigos dos portugueses, portanto terá de ser realizada pela comunidade portuguesa uma atuação completamente alheia à politica, isto para não ser criado um clima de hostilidade à nossa gente, e para não calmos no ridiculo constante perante os brasileiros, com atos e ações, que só nos podem desprestigiar; deixem as atividades politicas, para o Centro de Turismo, Ani e Secretariado da Informaçao, que dispõem de muito dinheiro para isso, e ainda sobra para as mamatas dos seus componentes. Cada um é livre de ter as suas idéias e inclinações, mas o que não têm é o direito, nem autoridade para usar organismos portugueses para realizarem atos politicos em nome da Comunidade Portuguesa do Brasil

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO

Nas páginas centrais deste número encontrarão os leitores um importante depoimento sobre a situação em Angola, do sociólogo Basil Davidson, publicado pela revista "The Newstatesman", de Londres:

No próximo número, publicaremos um documento não menos importante, e que é: "O problema da Guiné e de Cabo Verde, analisado na conferência de Dakar, que teve lugar de 12 a 15 de junho

O documento foi elaborado com base no relatório apresentado pelo Partido Africano de Independência (PAI) durante aquela Conferência.

Conferência dos Parlamentares

Até ao momento de encerrarmos esta edição, ainda não tínhamos recebido o relato dos participantes paulistas. Por conseguinte, somente no nosso próximo número poderemos apresentá-lo aos leitores.

Campanha de Fundos do Portugal Democrático

Durante o mês de agosto, registraram-se mais os seguintes donativos, para conseguirmos um Fundo de Manejo de TRENZENTOS CONTOS para o nosso jornal:

CAMPANHA DE FUNDOS DO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

	Cr\$
Transporte do n.º anterior	93.500,00
Alexandre Pereira	5.000,00
João Cesário Gonçalo	500,00
Abílio A. R. Silva	1.000,00
José Simões	1.000,00
Herlander Gomes	2.400,00
Augusto Aragão	1.500,00
José Luiz Antunes	2.000,00
A transportar	106.900,00

Semana pró anistia em Portugal e na Espanha

O clamor pró anistia para os presos e exilados políticos portugueses e espanhóis ressoará, por todo o Continente Sulamericano, de 11 a 17 do corrente, data em que se celebra a SEMANA DE SOLIDARIEDADE.

Em São Paulo, entre outras manifestações já programadas, podemos anunciar, durante a Semana de Solidariedade de 11 a 17 do corrente, as seguintes:

EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS

Com a generosa participação dos mais eminentes artistas plásticos brasileiros (Portinari, Di Cavalcanti, Clóvis Graciano, etc.) realizar-se-á na Galeria Prestes Maia, de 1 a 15 de setembro. A venda de quadros, destina-se a socorrer os presos espanhóis e portugueses e suas famílias.

HOMENAGEM A GARCIA LORCA

Sob o patrocínio da União Brasileira de Escritores e da Academia Brasileira de Letras, terá lugar na Biblioteca Municipal, um ato público de homenagem ao grande poeta Garcia Lorca, fuzilado pelos franquistas dia 11, às 20,30 horas no auditório da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

ATO DE ENCERRAMENTO DA SEMANA

Ainda em organização. Deverá efetuar-se no Palácio Mauá (Viaduto Dona Paulina, 80) pelas 20 horas do dia 18 de Agosto.

Convidamos todos os patriotas e democratas portugueses, residentes em São Paulo, a dar o mais entusiástico apoio a estas iniciativas.

Atividades do MABLA

O generoso movimento de universitários paulistas em favor da independência de Angola, ganha cada dia maior ímpeto. Eis algumas de suas iniciativas:

AO POVO BRASILEIRO

Informações diretamente enviadas de Angola ao MABLA dão conta da pessima repercussão causada entre o povo angolano pela recente visita do jornalista brasileiro Alves Pinheiro.

Sendo aquele profissional de imprensa um dos instrumentos mais ativos da propaganda da ditadura portuguesa no Brasil, a serie de reportagens que publicou num vespertino carioca mais não é do que a repetição de todos os argumentos do colonialismo luso em defesa das suas anacrônicas e criminosas teses.

Daf a nenhuma audiência dessas reportagens junto da opinião pública brasileira que está na sua imensa maioria ao lado dos patriotas que em Angola são diariamente chacinados pelo Exército Português na luta que travam pela independência de sua pátria.

Entretanto, como a imprensa democratica brasileira não chega a Angola e os serviços da propaganda lusa asseguram a mais larga difusão aos escritos do plunitivo em referencia, o colonialismo português conseguiu com a visita e os artigos do sr. Pinheiro atingir parcialmente o objetivo que visava, isto é, dar a impressão a amplos setores da população angolana de que o Brasil apóia a monstruosa campanha de genocidio em curso na colonia e que admite a tese segundo a qual Angola é uma "provincia ultramarina".

Conhecedor da solidariedade da nação brasileira para com a causa de Angola, o MABLA convida os intelectuais e escritores do Brasil, as associações estudantis e sindicais a manifestarem publicamente a sua repulsa pela atitude do sr. Alves Pinheiro, o qual, prontificando-se a deformar a verdade para servir ao colonialismo português, não só traiu a sua condição de jornalista profissional como comprometeu o nome do Brasil aos olhos do martirizado e heroico povo de Angola.

Pelo MABLA: Sylvio Band, Cleuza Vieira, João Zicardi, Dora Miarí, Maria Herminia.

Dirige-se ao Presidente o MABLA

O Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola enviou ao presidente da Republica, carta do seguinte teor:

"Senhor presidente da Republica. Excelencia:

Vem o Movimento Afro-Brasileiro pró-Libertação de Angola (MABLA) desenvolvendo uma campanha tendente a esclarecer a opinião publica nacional acerca do significado da luta libertadora que os patriotas angolanos travam contra o colonialismo português. Porque entre as diretrizes da politica exterior do País sobressai a defesa dos povos à autodeterminação, estamos certos de que v. exa. acompanha com preocupação crescente a monstruosa chacina das populações de Angola desencadeada pelo Exército e pela Policia portuguesa no vão mas criminoso intuito de impedir a nação angolana de seguir o seu proprio caminho.

Melhor do que ninguém, v. exa. sabe que o exito de qualquer politica africana do Brasil dependerá sempre em ultima análise da atitude do governo federal em relação ao processo libertador dos 13 milhões de africanos de lingua portuguesa. Foi, portanto, com natural jubilo que tomamos conheci-

mento, através da imprensa, de que o problema de Angola havia sido um dos principais temas tratados por v. exa. no encontro que manteve com o novo embaixador do Brasil na ONU, sr. Santiago Dantas. Anima-nos, assim, cada vez mais a esperança de que na próxima Assembléia Geral ordinária daquele organismo, o Brasil assumira no debate da questão de Angola — que vai dominar o conclave — uma posição compatível com a linha de independência e dignidade que vem marcando a politica exterior de v. exa. e que interprete simultaneamente os sentimentos de solidariedade da esmagadora maioria do povo brasileiro para com os povos que em Africa falam a nossa lingua e lutam pelo seu direito à autodeterminação.

Reiterando a v. exa. a nossa confiança como intérprete do pensamento da Nação diante do drama de Angola, apresentamos, em nome do MABLA, os nossos respeitosos cumprimentos e os protestos da mais elevada consideração".

Subscvem a missiva, pelo MABLA, os srs. Sylvio Band, João Zicardi, Luis Roberto Salinas, Maria Herminia, Paulo Mattoso, Américo Orlando Costa, José Manuel Gonçalves e Francisco Sousa Santos.

Movimento Popular de Libertação de Angola

DECLARAÇÕES DE LUIS DE AZEVEDO, DO COMITÊ EXECUTIVO, EM BRAZZAVILLE PERANTE INDIVIDUALIDADES ANGOLANAS E CONGOLESAS E IMPRENSA

Companheiros de luta Irmãos Congolezes Senhoras Senhores

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, considerando a desorganização da luta, insiste uma vez mais pela constituição duma frente nacional.

A iniciativa está sendo bem acolhida por alguns partidos nacionalistas e a constituição definitiva da frente é iminente.

Em face dos massacres das nossas populações, o Movimento Popular de Libertação de Angola dá instrução militar a seus aderentes e simpatizantes que se lhe juntem e a todos os que em Angola ou em Cabinda, desorganizados lutem heroicamente pela libertação da pátria e dignidade humana.

Nossos responsáveis estão em Angola junto à Maquela do Zombo e São Salvador, no Norte. As forças de repressão de Lisboa dispõem de armamento consideravel, que ultrapassa mesmo as suas necessidades. Afirmamos que graças ao auxilio da OTAN elas estão melhor armadas que nossos combatentes. Os portugueses dispõem de armas automáticas F/N de fabricação belga, efetuando suas criminosas expedições ditas de "pacificação" sob o uniforme da OTAN, e por vezes com indumentária de origem inglesa...

O povo angolano, não obstante tudo isto, está certo de sua vitória porque defende o seu solo, terra de seus antepassados e uma causa nobre e justa. E, para mais o apoio das nações irmãs da Africa e da Asia, dos países progressistas da Europa e da América, está assegurado. A vitória coroará o nosso sacrificio e o dos nossos mártires, vítimas da tirania de Salazar.

Irmãos de Luta de Angola, militantes e dirigentes de:

União das Populações de Angola Aliazo

Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda

União dos Trabalhadores de Angola

Ngwizani a Kongo Movimento pela Defesa dos Interesses Angolanos,

a hora da união sagrada de nossas populações, para defender nossos direitos e conquista de nossa independencia, soou. Não ofereçamos nenhuma brecha ao inimigo, banamos a divisão e o mau senso, para construirmos uma barreira sob a qual enterraremos de vez, Portugal de Salazar.



PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Conselheiro Furtado, 191 São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO
João Sarmento Pimentel
Presidente de Honra

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA. FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 114 — Caxias

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro, 334 — Juiz de Fora (M. G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 712 — Pelotas Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPD) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA: Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI: Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - N.º 52 - Setembro de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo do conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

exposição de artes plásticas

GALERIA PRESTES MAIA - 1 A 15 DE SETEMBRO



SEMANA CONTINENTAL DE SOLIDARIEDADE AOS PRESOS POLÍTICOS IBERICOS